

# Textos para Discussão N°12

Secretaria do Planejamento e Gestão  
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REVERSÃO  
DE TENDÊNCIA NO PERÍODO RECENTE?

Míriam De Toni

Porto Alegre, novembro de 2007



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Secretário: Ariosto Antunes Culau**



### DIRETORIA

**Presidente:** Adelar Fochezatto

**Diretor Técnico:** Octavio Augusto Camargo Conceição

**Diretor Administrativo:** Nóra Angela Gundlach Kraemer

### CENTROS

**Estudos Econômicos e Sociais:** Roberto da Silva Wiltgen

**Pesquisa de Emprego e Desemprego:** Míriam De Toni

**Informações Estatísticas:** Adalberto Alves Maia Neto

**Informática:** Luciano Zanuz

**Editoração:** Valesca Casa Nova Nonnig

**Recursos:** Alfredo Crestani

### TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Precarização do trabalho no Brasil: reversão de tendência no período recente?\*

Miriam De Toni

Socióloga da Fundação de Economia e Estatística/RS. Doutora em Sociologia/UFRGS. E-mail: miriam@fee.tche.br

### Resumo

*No Brasil, as transformações no trabalho, associadas à reestruturação produtiva iniciada na década de 90, têm conduzido a uma crescente precarização do trabalho, a qual, segundo alguns estudos, teria sido revertida com o cenário mais favorável dos anos 2000. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apreender o sentido prevalecente na evolução do mercado de trabalho, no período 1993-2005, sob a hipótese de que o melhor desempenho registrado a partir dos anos 2000 não foi suficiente para reverter a deterioração havida no período precedente. Para examinar o tema procedeu-se à construção e análise de um índice-síntese – Índice de Precarização –, utilizando-se dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). A análise dos dados permitiu evidenciar uma maior precarização das relações de trabalho nos anos 90 e uma reversão desta tendência nos anos 2000, a qual, todavia, não logrou contrabalançar totalmente as perdas havidas na década anterior.*

**Palavras-chave:** precarização do trabalho, transformações do trabalho, mercado de trabalho metropolitano

---

\* Este artigo integra estudos desenvolvidos junto ao Projeto Dimensões da Precarização do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, que contou com apoio da FAPERGS e do CNPq.

A autora agradece aos colegas Elisabeth K. Marques, Irene S. Galeazzi, Norma Kreling e Raul A. Bastos por seus valiosos comentários e sugestões à versão original do texto, bem como a Jeferson D. de Matos, estatístico da PED-RMPA, por sua participação na organização dos dados.

## Introdução

O tema da precarização do trabalho ganhou destaque no Brasil, especialmente a partir da década de 90, associado às transformações do sistema capitalista em nível internacional e à maior inserção do País na economia globalizada, tendo em vista os impactos advindos de tais processos sobre a população trabalhadora. As mutações em curso adquirem relevância à medida que vêm remodelando as formas de produzir e os modos de organizar o trabalho, reordenando as relações sociais constituídas nesse âmbito, cujas conseqüências têm conduzido, preponderantemente, a situações desfavoráveis para os trabalhadores. Todavia, os impactos sobre os trabalhadores não seguiram uma direção linear, podendo-se afirmar que, enquanto análises sobre a década de 90 apontam a precarização do trabalho como a marca prevalente, estudos respaldados em informações sobre o mercado de trabalho nos anos 2000 indicam um cenário com evolução mais promissora, sugerindo que a precarização tenha sido um processo mais circunscrito à década anterior.

No plano internacional, as transformações que se vêm processando no sistema capitalista, erigidas em termos de alternativas de enfrentamento à crise instalada nas economias avançadas, notadamente a partir do último quartel do século XX, têm acarretado profundas mudanças, associadas à globalização e aos novos padrões competitivos em escala internacional e, em sua dimensão propriamente política, à adoção de políticas de cunho neoliberal, propagando fortes movimentos de reestruturação produtiva e de novas formas de organização e gestão do trabalho. Como desdobramentos, questiona-se o caráter do Estado de Bem-Estar Social o qual, notadamente no pós-Segunda Guerra, previa proteções contra os riscos da existência social, através de regulação pública dos mecanismos de mercado (Castel, 1998; Pochmann, 1999; Mattoso, 1995).

A crescente heterogeneidade do trabalho e a precarização das relações de trabalho, que se ampliam em escala mundial, manifestas tanto pela elevação do desemprego aberto quanto através da redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da expansão de formas alternativas de trabalho – consideradas atípicas frente ao padrão assalariado – têm provocado uma crescente “desordem do trabalho”, face às regulações precedentes (Mattoso, 1995). Em decorrência, a proteção ao trabalhador é reduzida e ampliam-se inseguranças sociais. Esse fenômeno, designado como “a questão social” do final do século XX (Castel, 1998), coloca-se entre os principais itens na agenda da pesquisa social com enfoque nas transformações sociais da atualidade e nos problemas daí decorrentes.

No Brasil, onde os processos ligados à reestruturação do sistema produtivo e às novas formas de organizar o trabalho vêm ocorrendo de modo mais efetivo a partir da década de 90, têm-se presenciado mudanças que resultam da confluência de vários fatores. Dentre eles cabe destacar, ao lado das circunstâncias históricas nacionais, a crise econômica da década de 80 e, particularmente, o curso seguido na condução do desenvolvimento nacional no período que se inicia com os anos 90, quando se aprofunda a inserção do País no processo de globalização e cujas marcas foram uma

maior abertura comercial, intensa reestruturação produtiva, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho e adoção de políticas de corte neoliberal.

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo apreender o sentido prevalecente na evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho, abrangendo o período de 1993 a 2005. Persegue-se a hipótese de que houve uma precarização das relações de trabalho, ou, mais especificamente, postula-se que houve uma tendência crescente de precarização das relações de trabalho ao longo da década de 90, seguida de uma evolução mais favorável do mercado de trabalho nesta primeira metade dos anos 2000, a qual, todavia, não se tem revelado suficiente para reverter a deterioração havida no período precedente.<sup>1</sup>

Em termos analíticos, procedeu-se à construção de um índice – aqui denominado Índice de Precarização (IP) –, o qual, por se constituir em um indicador-síntese, é um instrumento estatístico valioso quando o objetivo é integrar múltiplas dimensões relativas às condições de inserção da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, possibilitando, assim, avaliações sobre a qualidade desse mercado. Essa propriedade torna-se particularmente importante quando se tem presente que as mudanças no mercado de trabalho brasileiro têm evidenciado resultados distintos e por vezes opostos, gerando debate e interpretações muitas vezes conflitantes.

O estudo toma como referencial empírico o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo em vista a importância desse espaço para o Estado do Rio Grande do Sul (RS), tanto quanto o lugar destacado que o Estado ocupa no contexto nacional. De fato, a RMPA tem grande importância em termos econômicos e populacionais, concentrando as atividades produtivas cativas de sítios urbanos - gera a metade do Produto Interno Bruto (PIB) industrial e cerca de 42% do PIB do setor de serviços (Alonso, 2001). Em termos demográficos, os 31 municípios que integram a Região abarcam aproximadamente um terço da população do Estado, de cerca de 10 milhões de habitantes, e congregam nada menos do que 40% da população trabalhadora gaúcha vinculada a atividades não agrícolas.

Acresça-se a isso o fato de que, especialmente a partir dos anos 90 e seguindo o curso da economia nacional, o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, a RMPA, vêm passando por um processo de intensificação da reestruturação produtiva, acompanhado de mudanças na organização e gestão do trabalho, que tem provocado alterações expressivas nas formas e condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho regional (Castilhos e Passos, 1998; Alonso, 2004).

Por fim, a opção metodológica de focar o estudo sobre um espaço regional metropolitano está fundada no entendimento de que, dadas as características de tais espaços, esse recorte se presta à análise de manifestações de tendências gerais do mercado de trabalho nacional, bem como à possibilidade de identificá-las, potencializando a apreensão de aspectos similares aos vários contextos regionais.

---

<sup>1</sup> Um estudo detalhado sobre a precarização do mercado de trabalho brasileiro, centrado nos anos 90 e tomando como referência a Região Metropolitana de Porto Alegre, foi desenvolvido por Toni (2006). Ver especialmente a Parte II – A precarização do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O estudo toma como fonte de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), abrangando o período de 1993 a 2005<sup>2</sup>. O texto está organizado em três seções, além desta introdução. Na seção dois, de cunho metodológico, explicita-se a seleção dos indicadores que compõem o Índice de Precarização e apresenta-se a metodologia de cálculo do Índice. A seção três compreende a apresentação e análise dos resultados obtidos, em que se analisa a evolução das condições de inserção ocupacional na RMPA para o conjunto da população ativa e se discute suas implicações para a população trabalhadora. Por fim, nas considerações finais resgatam-se os principais movimentos evidenciados no período e especula-se sobre a evolução do IP no futuro próximo.

## 2 Seleção de indicadores e metodologia do Índice de Precarização

Tendo como pressupostos as considerações acima arroladas, procedeu-se à construção do Índice de Precarização, procurando incluir dimensões que configurassem fatores determinantes da qualidade das inserções dos indivíduos no mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, pudessem revelar níveis diferenciados de precariedade. Desse modo, e buscando dar conta da complexidade do fenômeno em pauta, definiram-se três dimensões – condições de inserção ocupacional, desemprego e rendimentos do trabalho –, às quais incorporam-se oito indicadores considerados básicos para avaliar as condições de inserção da PEA, conforme apresentado na Figura 1.<sup>3</sup>

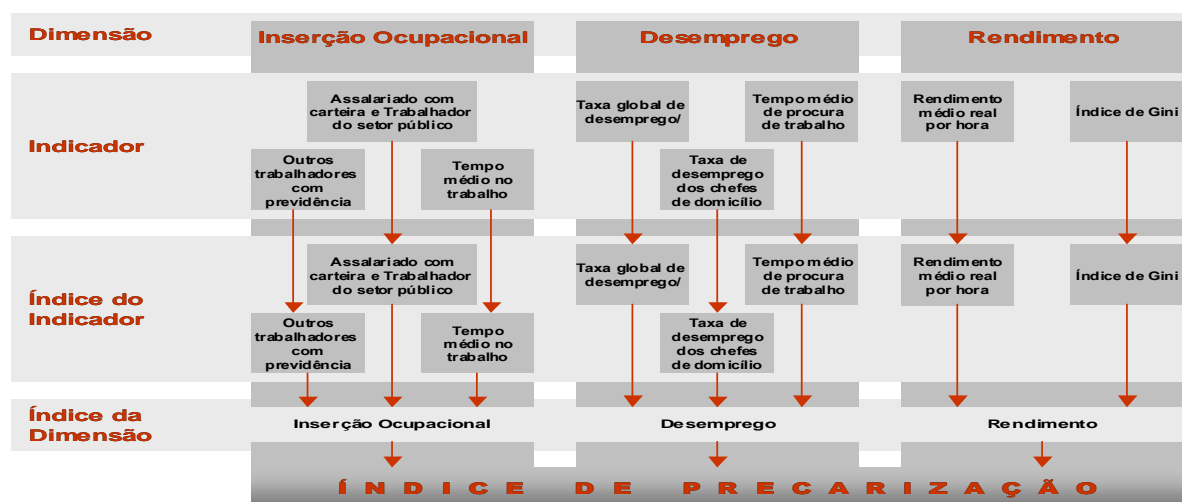


Figura 1. Diagrama de construção do Índice de Precarização.

<sup>2</sup> Dado que o ano de 1993 foi o primeiro ano completo do levantamento de dados da PED-RMPA, o início do período ora em estudo fica demarcado por aquele ano, o que permite uma avaliação das condições do mercado de trabalho desde antes da implantação do Plano Real, em 1994. Sobre a metodologia da PED ver Fundação SEADE/DIEESE, (1995).

<sup>3</sup> Em abordagem semelhante, estudos a respeito do mercado de trabalho brasileiro têm utilizado como estratégia analítica a construção de índices, merecendo destaque os de Miller (1999), Saboia (1999) e Freire (2006).

No que se refere às condições de inserção ocupacional, privilegiou-se a proteção social associada ao trabalho, adicionando-se o tempo médio de permanência no trabalho, que fornece uma indicação da rotatividade da mão-de-obra.

A segunda dimensão contempla o desemprego, considerando-se como variável básica a taxa de desemprego total, que inclui os três tipos de desemprego considerados pela PED – aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. A esse indicador acrescentaram-se outras duas variáveis que incorporam elementos que permitem melhor qualificar a condição de desemprego e seus impactos sobre a população – o tempo médio despendido na procura por trabalho e a taxa de desemprego dos chefes de domicílio.

Como terceira e última dimensão, considera-se o rendimento do trabalho, tendo como principal variável o rendimento médio real por hora trabalhada<sup>4</sup>, acrescentando-se um indicador de desigualdade – o índice de Gini – considerando-se a elevada desigualdade de renda que caracteriza países como o Brasil.

A metodologia para a elaboração do Índice de Precarização foi inspirada no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado pelo PNUD-ONU, no início dos anos 90, para acompanhar o desenvolvimento social mundial.<sup>5</sup> Com base nessa metodologia, a construção do Índice de Precarização pautou-se pela incorporação das três dimensões e dos oito indicadores a elas associados.

A cada dimensão/indicador foram atribuídos pesos, considerando sua importância e abrangência no contexto do estudo, resultando em um indicador-síntese do mercado de trabalho, o IP, cujos valores variam entre zero e um, de tal modo que seu crescimento significa deterioração das condições do mercado de trabalho e, contrariamente, sua queda revela melhora dessas condições<sup>6</sup>.

Para o cálculo do IP utilizaram-se as fórmulas abaixo:

(1) para as estatísticas cujo crescimento significa melhoria (ex.: rendimento), o índice é calculado por:

$$IP = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max}) \quad \text{Onde :}$$

$E$  = valor da estatística escolhida

$E_{\max}$  = valor máximo

$E_{\min}$  = valor mínimo

---

<sup>4</sup> Este indicador, além de ser bastante utilizado, tem a vantagem, frente ao indicador comumente empregado – o rendimento médio real mensal – de contornar possíveis diferenciais de rendimentos médios advindos de diferenças no tamanho da jornada de trabalho.

<sup>5</sup> A metodologia do IDH vem fundamentando estudos voltados à construção de indicadores sintéticos para avaliar graus de desenvolvimento de regiões ou países, bem como condições do mercado de trabalho, os quais, geralmente, têm buscado ampliar o número de variáveis incorporadas, uma vez que são considerados muito restritos os indicadores levados em conta pelo IDH (renda *per capita*, taxa de analfabetismo, número de anos de estudo e expectativa de vida ao nascer). Veja-se Winckler, 2002; Pochmann e Amorin, orgs., 2003.

<sup>6</sup> Para o detalhamento da construção do Índice de Precarização veja-se Toni (2006). Quanto aos pesos, as três dimensões receberam pesos equivalentes, de 1/3 do total cada uma; entre os indicadores, os pesos foram distribuídos de acordo com a importância atribuída a cada um. As variáveis utilizadas na construção do índice tiveram seus valores máximos e mínimos parametrizados através dos valores históricos mensais observados entre os meses de julho de 1992 e dezembro de 2005, na PED-RMPA.

(2) nas estatísticas cujo crescimento significa piora (ex.: taxa de desemprego), o índice é calculado por:

$$IP = (E - E_{\min}) / (E_{\max} - E_{\min})$$

### **3 Índice de Precarização indica deterioração do mercado de trabalho da RMPA**

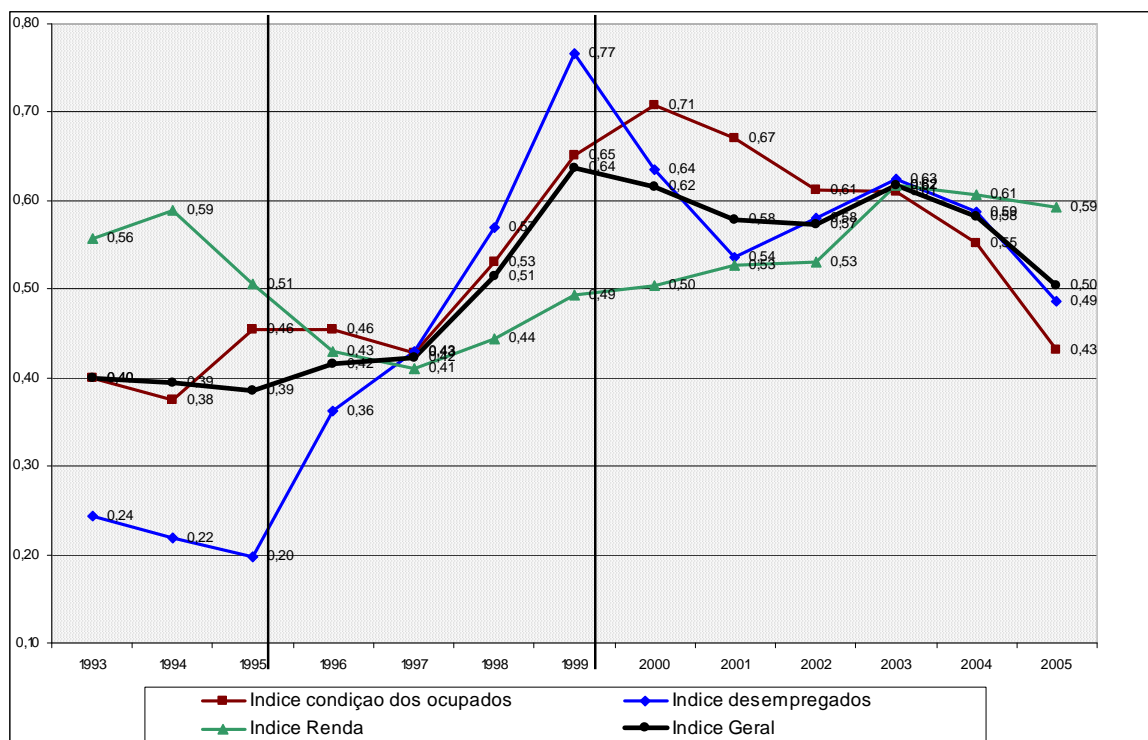
Uma análise geral da evolução do Índice de Precarização sinaliza piora nas condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho da RMPA, não obstante terem-se registrado oscilações e mesmo sentidos divergentes nos índices parciais, relativos às variáveis selecionadas para cada dimensão, ao longo do período em estudo, conforme mostram os gráficos 1 e 2.

Atendo-se ao comportamento do Índice de Precarização Total, que congrega o conjunto dos indicadores selecionados, a análise permite recortar o período em estudo em três subperíodos, tendo-se como critério o sentido predominante do IP. Assim, através do exame do gráfico 1, identifica-se um primeiro período, o qual apresenta relativa estabilidade do IP, com leve queda do indicador (1993-95); o segundo subperíodo é de franca elevação do IP (1995-99); enquanto que o terceiro, ao final do período, é o mais longo de todos e onde o IP oscila mostrando, no entanto, uma tendência declinante (1999-05).



Gráfico 1

Índices parciais e índice de precarização total, na RMPA – 1993-2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

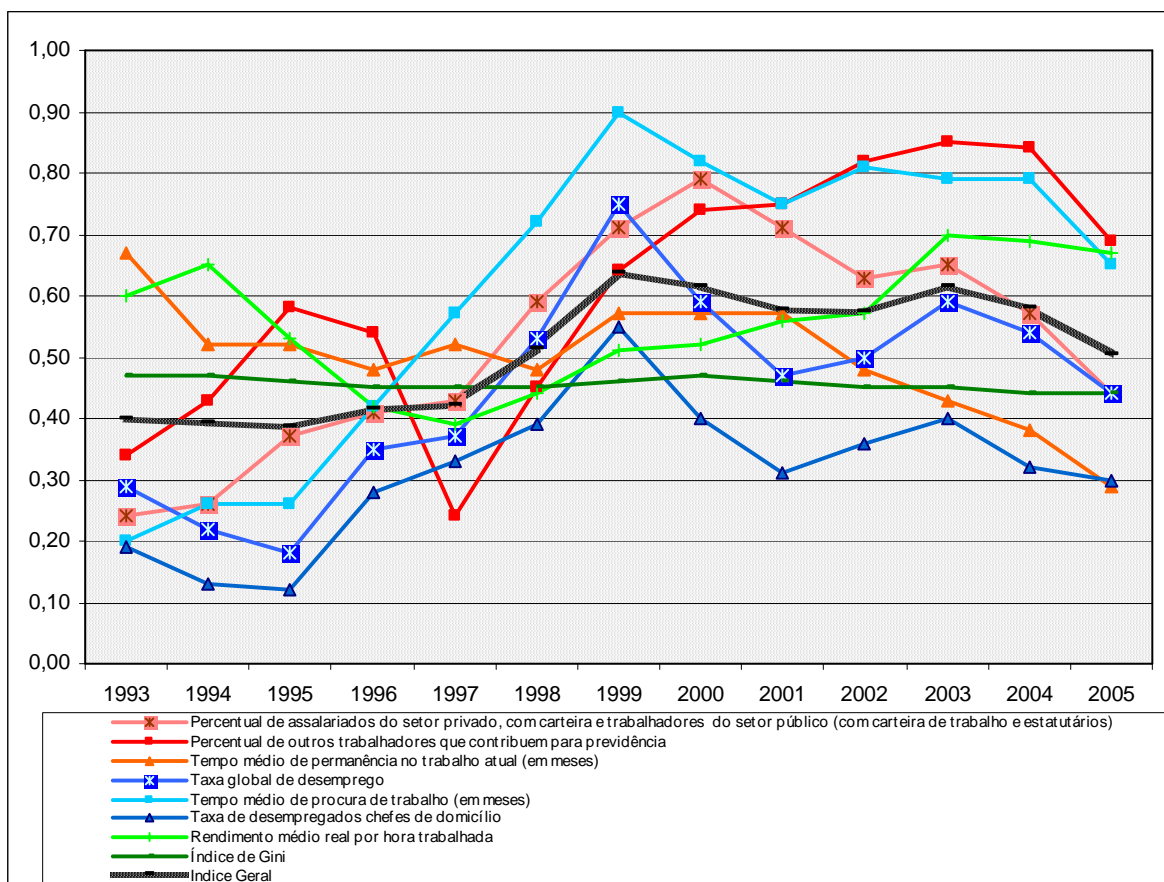
O **primeiro subperíodo** abrange o intervalo entre 1993 e 1995, abarcando a implantação do Plano de Estabilização – Plano Real – de 1994, que logrou estabilizar os preços e teve repercussões positivas sobre o mercado de trabalho, ao menos neste primeiro momento. Nesse curto espaço de tempo o índice geral manteve-se relativamente estável – o IP variou dos 0,40 pontos iniciais para 0,39 nos dois anos subsequentes –, sugerindo uma pequena melhora nas condições de inserção no mercado de trabalho metropolitano.

Para tal resultado contribuiu a queda dos índices parciais de desemprego e de rendimento, que contrabalançou a piora do índice relativo à ocupação, não obstante nem todos os indicadores de cada uma dessas três dimensões componentes do IP total mostrarem evolução unívoca, como pode se observar no gráfico 1.

Examinando-se os índices referentes aos indicadores das dimensões consideradas, com base no gráfico 2, verifica-se que, na de desemprego, foram declinantes os índices relativos às taxas de desemprego global e dos chefes de domicílio, ao passo que o referente ao tempo de procura de trabalho teve certa elevação. No rendimento, os índices de ambos os indicadores da dimensão recuaram, notadamente o do rendimento médio real por hora, não obstante este último ter-se elevado entre 1993 e 1994.

Gráfico 2

Índices dos indicadores das dimensões e índice de precarização total, na RMPA – 1993-2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA

A dimensão ocupação indicou piora das condições de inserção, pois apenas o índice relativo ao tempo médio de permanência na ocupação revelou comportamento favorável, tendo os dois outros acusado altas expressivas. Conclui-se, pois, que a proteção social associada ao trabalho foi a condição que mais se deteriorou nesse período inicial, seja pela queda na proporção de assalariados com contratação legal, dos setores privado e público, seja pela diminuição da parcela de trabalhadores que contribuem para a previdência social pública, o que concorreu para a elevação do índice parcial de ambos os indicadores.

O **segundo subperíodo** tem como marca a deterioração das condições de inserção no mercado de trabalho, expressa na persistente elevação do IP total. Nesse intervalo de tempo o ambiente econômico foi bastante desfavorável, com desaceleração econômica até 1999, uma vez que, às pressões advindas da abertura comercial e à manutenção da sobrevalorização cambial como um dos elementos estratégicos do Plano Real, adicionou-se um incremento das privatizações, no setor público, e aprofundou-se a reestruturação produtiva no âmbito do setor privado (Pochmann, 1999; Freire, 2006).

A análise do gráfico 1 mostra dois momentos. Entre os anos de 1995 e 1997 a ascensão do IP mostrou-se relativamente lenta e resultou basicamente do aumento do índice parcial de desemprego, uma vez que os outros dois índices tiveram comportamento declinante. Internamente a cada dimensão, registrou-se elevação para todas as três variáveis componentes do desemprego e, na ocupação, somente no indicador referente aos trabalhadores assalariados com vínculo formal, nos setores privado e público, cujo índice respectivo foi o único da dimensão a se elevar de modo ininterrupto desde o início da série em análise. Os rendimentos, por sua vez, seguiram melhorando sua posição.

Já nos dois anos subseqüentes, o crescimento do IP total foi abrupto e o mais acentuado de todo o período em estudo. Nesse intervalo, os três índices parciais convergiram no sentido de revelar ampliação da precarização das formas de inserção no mercado de trabalho, sendo também o único momento em que todos os indicadores internos às dimensões mostraram deterioração.

Como resultado, ao final desse segundo subperíodo, em 1999, o IP total atingiu o seu pico (0,64), ocorrendo situação semelhante para as dimensões desemprego e ocupação – o índice parcial de desemprego também alcança seu valor mais elevado (0,77), enquanto que o de ocupação esteve no seu segundo ponto mais alto da série (0,65), superado apenas pelo valor atingido no ano seguinte. Já o índice parcial de rendimento interrompe a melhora que vinha ocorrendo desde os primeiros anos da série, iniciando, a partir de 1998, uma trajetória ascendente que irá se prolongar até quase o final do período estudado.

Registre-se que os resultados encontrados, e especialmente a crescente precarização do mercado de trabalho indicada pela elevação do Índice de Precarização, corroboram análises realizadas sobre esse período, antes referidas, de acordo com as quais a marca predominante da evolução do mercado de trabalho foi a intensificação do processo de precarização das formas de inserção da população ativa (Saboia, 1999; Miller, 1999; Freire, 2006).

Por último, o **terceiro subperíodo** compreende a metade restante da série, abrangendo o intervalo entre 1999 e 2005. Tem como característica predominante uma tendência de redução do IP total, indicando que voltam a ser mais favoráveis as condições de inserção no mercado de trabalho, não obstante as oscilações registradas nos vários indicadores.

No plano econômico, o desempenho foi um tanto errático nesses anos 2000, embora melhor do que o registrado na década anterior. Cabe destaque às modificações na política econômica a partir de 1999 – em especial a adoção do regime de câmbio flutuante – que repercutiram positivamente sobre a economia e o mercado de trabalho nacional e regional. A melhora registrada, todavia, não se sustentou, tendo sido prejudicada, nos primeiros anos desta década, tanto por fatores externos quanto internos, adversos: o desaquecimento da economia americana, exacerbado pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e o agravamento da crise econômica na Argentina afetaram justamente os dois principais parceiros comerciais do Rio Grande do Sul (RS); no plano interno, as turbulências que marcaram o País no ano eleitoral de 2002 suscitaram incertezas de várias ordens, acarretando aumento do risco Brasil, nova valorização cambial, crescimento das taxas de juros e da

inflação, entre outros elementos. Após 2002 registra-se novo momento de recuperação dos indicadores econômicos, exceção feita, no caso do RS, ao ano de 2005, quando o PIB acusou queda importante, de 4,8%, associada à estiagem que atingiu o Estado combinada com a desaceleração das exportações (Schettert, 2006).

O comportamento do IP neste último subperíodo reflete, de certo modo, tais conjunturas. De fato, após um movimento descendente do IP entre 1999 e 2001, este fica relativamente estável no ano seguinte, para voltar a subir em 2003 e retomar o comportamento declinante nos dois últimos anos da série. Nestes, os três índices parciais tiveram desempenho favorável, contribuindo para uma queda relativamente mais acentuada do IP total, em comparação com momentos anteriores de declínio deste indicador. Considerando os pontos extremos desse subperíodo verifica-se que o IP, partindo de seu valor mais elevado, de 0,64, em 1999, retrocedeu variando entre 0,62 e 0,57 nos anos seguintes até 2004, tendo registrado o seu maior recuo no último intervalo anual, quando caiu para 0,50, em 2005.

Destaque-se que os índices parciais de ocupação e de desemprego acompanharam mais de perto a direção tomada pelo IP total, notadamente o primeiro, uma vez que o índice parcial de desemprego aumentou entre 2001 e 2003, o que contribuiu, juntamente com o desempenho desfavorável do índice parcial de rendimento, para a elevação do IP total nesse último ano considerado. Ainda quanto à dimensão rendimento, cabe ressaltar que a perda acarretada pela redução do rendimento médio real por hora ao longo de quase todo esse último subperíodo, bem como sua lenta recuperação nos dois últimos anos, foram fatores decisivos para o aumento do índice parcial de rendimento, o que impediu tanto uma queda maior do IP total entre 1999 e 2002 quanto uma recuperação mais acentuada do mesmo nos dois últimos anos da série.

O destaque positivo nesse terceiro subperíodo coube à melhora no indicador relativo à contratação de assalariados com vínculo formal (percentual de assalariados do setor privado, com carteira, e trabalhadores do setor público – com carteira de trabalho e estatutários), cujo índice, a partir de 2001, inverte a tendência ascendente observada desde o início do período, apresentando sensível declínio até o seu final (o índice respectivo apresentou os seguintes valores: 0,24 em 1993, 0,79 em 2001 e 0,44 em 2005)<sup>7</sup>. O crescimento expressivo do assalariamento formal é aparentemente paradoxal, pois as taxas de crescimento do produto, nesse período, continuaram oscilantes e ainda

---

<sup>7</sup> Alguns estudos têm sustentado o argumento de que a queda do emprego formal nos anos 90 – como parcela do total de ocupados – foi um fenômeno restrito às áreas metropolitanas, captado através dos dados da PME/IBGE, que investiga as seis principais Regiões Metropolitanas (RMs) do País. Argumentam que teria havido uma despolarização do emprego formal, manifesta fundamentalmente na migração desse tipo de emprego das RMs para áreas não-metropolitanas – geralmente dos próprios Estados (Passos, Ansiliero; Paiva, 2005; Ramos; Ferreira, 2005; Reis; Ulyssea, 2005). Acrescentam que, nos anos 2000, verifica-se uma recuperação desse tipo de vínculo empregatício, o que, no entanto, só passa a vigorar no caso das RMs cobertas pela PME, a partir de 2003. Em certa medida, tais estudos parecem querer sugerir que a deterioração do mercado de trabalho nacional não teve a dimensão alegada por uma série de outros estudos que trataram essa questão, amenizando o problema relativo à precarização do trabalho, no período. A respeito cabe referir que, mesmo sendo verdadeira a afirmação antes aludida, esse fato não elide e tampouco ameniza os problemas acarretados pela precarização do trabalho nos espaços metropolitanos. Dado que concentram uma parcela grande da população trabalhadora, resultados dessa natureza apenas redirecionariam a atenção da sociedade e do poder público, em particular, para essas regiões, tendo-se ainda presente que os problemas aí existentes ultrapassam o âmbito das fronteiras regionais e como tal precisam ser enfrentados e equacionados.

pouco elevadas. Todavia, este é um fenômeno que se observa também em nível nacional e, segundo estudos a respeito, estaria sendo impulsionado pela expansão das exportações – nessa área há subsetores de atividade intensivos em mão-de-obra, e a contratação de pessoal tende para maior formalização pelo grande conjunto de leis e barreiras que regulam esse mercado –; por uma maior fiscalização por parte do MTE; e pela própria estabilidade econômica, à medida que esta reduz a incerteza no horizonte de planejamento dos empresários.

A melhora do mercado de trabalho nos anos 2000 é um fato evidenciado pela maioria dos estudos que trataram de avaliar a qualidade das inserções ocupacionais no País e também aparece na evolução do Índice de Precariedade construído por Freire (2006), antes referido. Comparativamente à evolução do indicador utilizado por esse autor, o comportamento do IP para a RMPA foi mais positivo. Ou seja, enquanto naquele estudo o autor constata certa estabilidade do índice nesse período, concluindo que talvez o principal ganho tenha sido o fato de que o mercado deixou de apresentar uma precariedade crescente, como ocorreu na década anterior, na RMPA houve nítida melhora do indicador-síntese, revertendo em alguma medida a deterioração havida no período precedente. É claro que essa comparação não pode ser feita de forma direta, seja porque as variáveis componentes de cada índice não são exatamente as mesmas, seja porque o estudo abarca todas as RMs cobertas pela PME/IBGE. Os resultados sugerem, no entanto, que a RMPA teria apresentado um desempenho mais favorável para a classe trabalhadora regional frente àquele conjunto de RMs.

Detalhando a análise para contemplar todos os indicadores componentes das dimensões consideradas, a observação do gráfico 2 permite ainda visualizar que apenas dois deles se encontravam em situação mais vantajosa ao final do período em estudo, comparativamente ao seu ponto inicial. Destes, um único apresentou expressiva melhora, qual seja, o tempo médio de permanência no trabalho atual, cujo índice respectivo caiu de 0,67 para 0,29 nos pontos extremos (o tempo médio de permanência na ocupação elevou-se em oito meses, passando de 62 para 70 meses, respectivamente). Note-se que este indicador singularizou-se também por apresentar uma linha de tendência declinante ao longo do período, ostentando valores sempre abaixo do inicialmente registrado, apesar das oscilações havidas. O outro indicador na condição em foco foi o relativo ao Índice de Gini, que acusou pequena variação, de 0,47 para 0,44, nos pontos extremos do período.

Todos os demais indicadores encontravam-se, em 2005, com índices em patamares superiores aos de 1993, indicando deterioração das condições do mercado de trabalho nas situações específicas. Dentre estes, dois foram os que revelaram maior deterioração: o *tempo médio despendido na procura de trabalho*, expressando o fato de que este tempo se ampliou de 5,6 para 9,2 meses no transcorrer do período em análise, e o indicador referente ao *percentual de outros trabalhadores que contribuem para a previdência*, indicando que um maior número desse subconjunto de trabalhadores encontrava-se, ao final do período, à margem das proteções sociais previstas pela legislação trabalhista e previdenciária.

## 4 Considerações finais

Em termos de conclusão, uma primeira consideração a fazer diz respeito à estratégia analítica adotada para desenvolver este estudo. Neste aspecto pode-se afirmar que a utilização de um índice-síntese, como instrumental estatístico capaz de indicar a direção de um conjunto de variáveis que evoluem de modo distinto e por vezes apresentam oscilações opostas, mostrou ser um recurso valioso para a análise da evolução das formas de inserção e das condições presentes no mercado de trabalho da RMPA, permitindo evidenciar o sentido prevalecente do conjunto de indicadores e avaliar sua repercussão sobre a população ativa regional.

Quanto à evolução do Índice de Precarização, tomado o período como um todo, a análise dos dados mostrou que o mercado de trabalho da RMPA sofreu um processo de deterioração, que se expressa no fato de que o valor do IP total, ao final do período, situava-se acima do inicialmente verificado – 0,50 e 0,40, respectivamente. Tal resultado foi fortemente influenciado pelo comportamento do índice na primeira metade do período, entre 1993 e 1999, na qual a marca foi a progressiva precarização das condições de inserção no mercado de trabalho. Como se observou, o desempenho adverso das dimensões desemprego e ocupação definiu, preponderantemente, esse desfecho. No primeiro caso, o agravamento da situação dos desempregados esteve primordialmente associado à ampliação da taxa de desemprego total, que passou de 12,2% para 19,0% da PEA nos pontos extremos desse subperíodo, e do tempo médio despendido pelos trabalhadores na procura por trabalho, o qual passou para 11,2 meses – praticamente um ano –, face aos 5,6 meses iniciais. No que respeita às condições de inserção ocupacional, a queda no grau de proteção social associada ao trabalho foi o fator preponderante, quer pela diminuição da parcela de trabalhadores dos setores privado e público com contratos amparados pela legislação em vigor – a participação destes no total de ocupados recuou de 60,9 em 1993 para 54,4 em 1999 –, quer pela retração na parcela de *outros trabalhadores que contribuem para a previdência* – neste conjunto, a proporção dos que detêm proteções previstas em lei caiu de 42,1% para 38,0%.

Na parte restante do período, que abarca a primeira metade da década de 2000, muda a direção da linha tendencial do IP, indicando uma situação mais favorável do mercado de trabalho nos anos 2000, notadamente pela evolução mais positiva das dimensões ocupação e desemprego que, assim, invertem de modo mais incisivo o comportamento delineado nos anos 90. Há que ressaltar, todavia, que a melhora verificada neste intervalo de tempo não se revelou suficiente para contrabalançar a deterioração havida no decorrer da década de 90.

Considerando-se a recuperação do mercado de trabalho nos anos 2000, expressa pelo movimento declinante do Índice de Precarização total, cabe indagar a respeito de sua continuidade no futuro próximo. Nesse sentido, o que se pode especular em termos de perspectivas é que, no caso do ano de 2006, especificamente, o comportamento da economia e do mercado de trabalho se mostrou um tanto ambíguo, não permitindo que se vislumbrasse alguma tendência mais consistente quanto a uma evolução favorável do IP.

De fato, no cenário nacional, dentre os aspectos positivos cabe mencionar dois: 1) em anos eleitorais, como foi o caso do de 2006 – com eleições nos níveis nacional e estadual – a economia tende a ser dinamizada, com bons reflexos sobre o mercado de trabalho; e 2) o emprego formal continua apresentando crescimento, embora haja desaceleração no ritmo em relação ao ano de 2005.

Como nota destoante desse cenário mais otimista, a taxa anual de crescimento do PIB nacional permaneceu em um patamar baixo (3,7%) e o setor industrial vem sofrendo desaceleração de sua atividade, o que pode impedir uma recuperação mais acentuada do mercado de trabalho.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, além dos fatores nacionais aludidos, que repercutem sobre a economia e o mercado de trabalho locais, as perspectivas também estão permeadas por incertezas.

O PIB estadual mostrou variação positiva, de 2,7% segundo as estimativas preliminares da Fundação de Economia e Estatística, com destaque para o desempenho da agropecuária, que tem peso importante na economia do Estado – o crescimento de 19,9% reverteu o desempenho negativo dos dois anos precedentes (Schettert, 2007). Na indústria, entretanto, a variação anual foi negativa, em 1,3%, persistindo problemas associados à valorização cambial, cujos efeitos são mais profundos sobre atividades intensivas em mão-de-obra e que pouco usam insumos importados que, de modo geral, caracterizam a pauta gaúcha de produtos exportados (couros e calçados, complexo soja e madeira/móveis).

O mercado de trabalho, por sua vez, embora tenha registrado evolução positiva, não tem mostrado recuperação expressiva em seus indicadores, no decorrer de 2006, registrando-se variações menos acentuadas que as observadas no ano anterior. De fato, detendo-se nas informações da PED-RMPA, observou-se crescimento do nível de ocupação, de 1,3% – assentado especialmente no aumento do contingente de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, no setor privado, portanto, com proteção social –, incremento de 1,1% no rendimento médio real dos ocupados, e relativa estabilidade da taxa de desemprego total (14,5%, em 2005, e 14,3%, em 2006) – Informe PED, 2007.

Dado esse quadro, embora permaneçam no horizonte, como expectativas com esperança, a possibilidade de um crescimento econômico sustentado e de uma melhora generalizada do mercado de trabalho, que consiga debelar a marca da precarização, a evolução recente tende a confirmar um cenário em que tais perspectivas parecem, mais uma vez, terem sido transferidas para a próxima gestão governamental, ou seja, a que iniciou neste ano de 2007.

## Referências

ALONSO J. A. F. Caracterização econômica da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 29, n. 1, 2001, p. 253-93.

ALONSO J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre na década de 90. **Desigualdades Sócioespaciais na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística/ NERU, 2004. (Cd-Rom)

CALANDRO, M. L. Ambiente externo e indústria calçadista gaúcha. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre: FEE, ano 11, n. 10, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998, 611p.

CASTILHOS, C. C.; PASSOS, M. C. (Coords.). **Indústria gaúcha – competitividade e inovação**, Porto Alegre: FEE, UNISINOS, 1998, 233p.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, 352 p.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11. **Anais**. Vitória: SBEP, 2006.

**FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE**. Pesquisa de Emprego e Desemprego – Relatório Metodológico, **São Paulo: Fundação SEADE, 1995**.

**INFORME PED, Porto Alegre, FEE/FGTAS-RS, DIEESE, Fundação SEADE-SP. Ano 15; número especial, jan. 2007.**

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MILLER, Lílian M. **A qualidade do emprego em serviços: análise dos anos 1990 no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, 168 p.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. Boletim do Mercado de Trabalho. n.26, fev. 2005. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_26h.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf). Acesso em: 02/07/2006.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, v. 1, 1999.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrão espacial da evolução do emprego formal – 1995-2003**. Rio de Janeiro, IPEA, jul. 2005 (Texto para discussão n. 1102). Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 10/07/06.

REIS, M. C.; ULYSSEA, G. **Cunha Fiscal, Informalidade e Crescimento: algumas questões e propostas de políticas**. Rio de Janeiro, IPEA, fev. 2005 (Texto para discussão n. 1068).

SABOIA, João L. M. Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO DO TRABALHO, 6. **Anais**. ABET, 1999. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/ST7B.doc>. Acesso em: 13/03/2002.



SCHETTERT, M. C. O desempenho da Economia Gaúcha em 2006. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, vol. 34, n. 4, 2007. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em 02/04/2007.

SCHETTERT, M. C. Desempenho da Economia Gaúcha em 2005. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: FEE, vol. 33, n. 4, 2006, p. 7-21.

TONI, Míriam De. **Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho - um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE. Tese de doutorado em Sociologia, IFCH-PPGS/UFRGS, 2006, 380p.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **Human Development Report**, New York-Oxford, Oxford Un. Press, 1990.

WINCKLER, Carlos Roberto (Coord.). Índice social municipal ampliado para o Rio Grande do Sul 1991-98. **Documentos FEE 48**. Porto Alegre: FEE, 2002.

## ANEXO

Tabela A

Valores observados dos indicadores componentes do Índice Total de Precarização, na  
RMPA - 1993-2005

Estatísticas	Anos												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Percentual de assalariados do setor privado, com carteira e trabalhadores do setor público (com carteira de trabalho e estatutários)	60,9	60,6	59,1	58,5	58,3	56,1	54,4	53,4	54,5	55,5	55,3	56,4	58,1
Percentual de outros trabalhadores que contribuem para previdência	42,1	40,8	38,8	39,4	43,5	40,6	38,0	36,7	36,5	35,6	35,1	35,3	37,3
Tempo médio de permanência no trabalho atual (em meses)	62	65	65	66	65	66	64	64	64	66	67	68	70
Taxa global de desemprego	12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,8	19	16,6	14,9	15,3	16,7	15,9	14,5
Tempo médio de procura de trabalho (em meses)	5,6	6,1	6,1	7,4	8,6	9,8	11,2	10,6	10,0	10,5	10,3	10,3	9,2
Taxa de desempregados chefes de domicílio	7,1	6,3	6,1	8,4	9,1	9,9	12,2	10,1	8,8	9,5	10,0	9,0	8,7
Rendimento médio real por hora trabalhada (1)	5,11	4,95	5,38	5,81	5,90	5,73	5,48	5,44	5,27	5,25	4,77	4,80	4,86
Índice de Gini	0,47	0,47	0,46	0,45	0,45	0,45	0,46	0,47	0,46	0,45	0,45	0,44	0,44

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de dez./05